

Os modelos femininos medievais em perspectiva:

Uma reinterpretação do épico *Beowulf*

Hayanne Porto Grangeiro¹

Resumo: Vários foram os reflexos das novas perspectivas propostas pela Nova História no fazer historiográfico. E, sendo os campos de História das Mulheres e Estudos de Gênero desdobramentos da nova forma de pensar desta corrente, a pluralidade de sujeitos históricos promovida por eles possibilitou rever como as relações políticas e sociais foram postas ao longo da História. Pode-se dizer que os estudos medievais não ficaram de fora deste movimento e estas novas abordagens teórico-metodológicas promoveram discussões que permitiram que a figura feminina medieval saísse da invisibilidade que a historiográfica tradicional a colocou. Entender o que se entende por feminino e masculino neste período foi um dos passos iniciais dados por esses estudos e a construção dos modelos femininos medievais pode ser considerada tanto uma tentativa de melhor compreender a manifestação e representação de determinados perfis de mulheres nos registros documentais como as normativas sociais direcionadas a elas. Contudo, é preciso ter o cuidado de não deixar que tais modelos guiem os estudos e suas análises inteiramente. Portanto, caberá, neste trabalho, desconstruir a aplicação de tais modelos medievais nas análises das personagens femininas do épico anglo-saxão *Beowulf* e apresentar uma nova perspectiva.

Palavras-chave: História Medieval; História das Mulheres; Estudos de Gênero; Modelos femininos; *Beowulf*

Abstract: The new perspectives presented by the New History in the 1970s had a huge impact in the historiographical production and the fields of History of Women and Gender Studies were one of the supporters of a new historical subject. The consequences of these new proposals were also intensely felt on medieval studies as it became possible to review how political and social relations were put throughout History. Thus, these new theoretical and methodological approaches brought discussions that allowed the medieval female figures to leave the invisibility where traditional historiography placed them. To find out what was considered being female and male during the Middle Ages was one of the initial steps taken by studies regarding medieval women. The construction of medieval female models can be considered as an attempt to better understand the manifestation and representation of certain profiles of women on historical documents, as well as the social norms forward to them. However, researches must be careful to not to let such models guide their studies and their analysis entirely. Therefore, the main goal of this work is to do an reassessment of the application of such medieval models in the analysis of female characters from the anglo-saxon epic *Beowulf* and presente a new perspective.

¹ Hayanne Porto Grangeiro é mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense e graduada em História pela mesma instituição. Atualmente é pesquisadora-colaboradora do *Translatio Studii* – Grupo de Pesquisa Dimensões do Medievo vinculado a Universidade Federal Fluminense e do *Insulae* – Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e Medievo. E-mail para contato: porto.hayanne@gmail.com.

Key-words: Medieval History – Women Studies – Gender Studies – Female Models – Beowulf

The female models of the Middle Ages in perspective: A Beowulf Reassessment

Introdução

Pensar a respeito das mulheres medievais é fazer um movimento automático – e até mesmo inconsciente – de enquadrá-las em um perfil de submissão e passividade. Refletir e questionar sobre a existência, a articulação e a atuação destas figuras durante o período medieval se tornam fundamentais para repensar as relações políticas e sociais presentes na sociedade em questão. No fazer historiográfico, a iniciativa de repensar o sujeito histórico foi impulsionada pela “Nova História” na década de 1970 (BURKE, 2011). Essa perspectiva da nova corrente atraiu principalmente historiadores que desejaram ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e explorar as experiências históricas de homens e mulheres cuja existência foi tão frequentemente ignorada, caladamente aceita ou mencionada apenas de passagem nas principais correntes da História (SHARPE, 2011).

É neste contexto de desenvolvimento de novos campos, como a História das Mentalidades e a História Cultural e sua interdisciplinaridade, e de novas perspectivas e influências emergindo que as mulheres² são elevadas à condição de objeto e sujeito da História (SOIHET, 1997). Ou seja, a Nova História consegue reivindicar um universo de personagens que contempla sujeitos anônimos e fragmentados, em vez de seguir com a tendência dos “grandes personagens” e agentes estabelecidos pela história tradicional (SHARPE, 2011). Permitiu-se a descoberta do outro, da alteridade, promovendo um “encontro feliz, entre a renovação do questionamento histórico e a ‘História das Mulheres’” (DUBY; PERROT, 1991, p.14).

Fazendo referência, preferencialmente, ao surgimento do sujeito histórico feminino, cabe ressaltar que esforços anteriores foram mobilizados que possibilitaram uma brecha na historiografia para o início dos estudos das mulheres (GONÇALVES, 2006).³ No entanto, há

² E se fala em mulheres, no plural, pois estas são diversas em suas crenças, etnias, raças, grupos sociais e nos papéis que desempenham na sociedade (SOIHET, 1997).

³ Como exemplo, Andrea Gonçalves afirma que mesmo as mulheres ainda não ocupando um lugar de destaque em seus trabalhos, Fernand Braudel introduziu a trama do cotidiano em uma perspectiva histórica. Tal introdução foi acompanhada por uma redefinição do tempo da História, pois o tempo do cotidiano é “curto e longo, por ser, simultaneamente, o tempo que preenche o espaço de um único dia, mas no qual, por serem as mudanças, em princípio, mais lentas, compreendem ‘estruturas mais persistentes’ condicionadas pelo hábito, repetitivas até”. (GONÇALVES, 2006). Dentro desse contexto de alargamento do campo histórico para as

de se esclarecer a diferença entre estes esforços e a formação do campo de História das Mulheres, visto que este é resultado não somente de um grande movimento historiográfico – já brevemente contextualizado –, mas também político. Afinal, se torna impossível pensá-lo como um campo específico de conhecimento sem considerar a importância da onda de movimentos feministas iniciados na década de 1960, pautados no fim da subordinação e da invisibilidade feminina, e que chegou às universidades e incentivou o surgimento de cursos, colóquios, pesquisas e revistas dentro deste campo (SCOTT, 2011).

Após o momento de quebra do silêncio ao qual as mulheres eram fadadas com o desdobramento dos acontecimentos mencionados, cria-se um movimento de reconhecer a “diferença dentro da diferença”. Tomando por base que as categorias mulher e homem não são naturalmente construídas e estabelecidas, “sobrevém a preocupação em desfazer noções abstratas de “mulher” e “homem”, enquanto identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações” (MATOS, 2000, p.15). Logo, levantada a possibilidade de estudar a experiência coletiva de homens e mulheres, houve uma preocupação em procurar um maior rigor metodológico que pudesse recuperar os mecanismos das relações sociais entre esses dois sexos e suas respectivas contribuições sociais ao longo do processo histórico.

Como consequência desta demanda, o gênero surge como categoria de análise histórica capaz de “revelar as diferenças sexuais e os papéis sociais a partir das significações histórica e socialmente construídas e designadas, de modo relacional, por mulheres e homens. (...) Assim, os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas repletas de significados e relações de poder” (POSSAS, 2004, pp.265-266). E, apesar de, inicialmente, o termo “gênero” ter sido considerado sinônimo de “mulheres”, esses dois campos divergem tanto teórica como metodologicamente no fazer historiográfico.

Não sendo o objetivo deste trabalho aprofundar discussões a respeito destes dois campos, cabe destacar que contextualizar a sua formação é fundamental para compreender como surgiram as reflexões que serão aqui apresentadas. Pois, mesmo tendo sido desenvolvido sob condições específicas, pode-se dizer que o fato do campo de História das Mulheres, assim como o de Estudos de Gênero, ter surgido a partir de questionamentos às relações sociais e de poder político – e este, principalmente, por estar relacionado ao poder da

práticas cotidianas – e, portanto, nessa nova dinâmica de tempo e de espaço – as mulheres serão inicialmente notadas. Cabe aqui também mencionar a contribuição de Edward Thompson ao apontar uma ‘cultura de resistência’ em sua análise sobre o papel das mulheres nos motins da fome do século XVIII. (THOMPSON, 1998).

escrita e à concepção tradicional de se fazer História – o faz permanecer receptivo às recorrentes demandas sociais e políticas colocadas pela sociedade. Assim, ainda que o período medieval possa parecer um recorte bastante recuado, é a partir de ferramentas e questionamentos da contemporaneidade que se torna possível repensar e reconsiderar as relações estabelecidas deste passado.

O surgimento do feminino e os modelos medievais

Há uma questão recorrente nos trabalhos que se dedicam a estudar o sujeito histórico das mulheres nos mais diferentes períodos históricos em que as sociedades estão inseridas e, em especial, a sociedade medieval: a sua menção e descrição feitas nos registros documentais são acompanhadas do filtro masculino colocado pelo responsável em escrever a história destas mulheres. Este filtro, segundo Christine Klapisch-Zuber, era “pesado” por transmitir às mulheres modelos ideais e regras comportamentais que deveriam ser seguidas perante a sociedade e que não estariam em condições de serem contestadas por elas (KLAPISCH-ZUBER, 1991). Mas o se considerava como “masculino” e “feminino” na Idade Média? E a quem caberia tal responsabilidade?

À primeira vista, parece-nos minimamente estranho questionar as definições dos sexos masculino e feminino, visto que tal divisão binária nos é apresentada socialmente como um dado científico estabelecido e, portanto, “natural”. Contudo, a divisão binária tal qual conhecida hoje tem sua origem em fins do século XVIII e esta reconstrução do corpo foi por si só intrínseca ao processo de mudanças sociais e políticas vividas neste período (LAQUEUR, 2001). Anterior a isso, acreditava-se em um corpo de sexo único: o aparelho reprodutor feminino era como o masculino, entretanto os órgãos masculinos externos seriam interiorizados no corpo feminino (THOMASSET, 1991). Segundo o historiador Thomas Laqueur, somente a partir do século XIX que se tem a necessidade de determinar as diferenças fundamentais entre os dois sexos, entre o homem e a mulher, em diferenças biológicas constatáveis mobilizadas por um interesse político (LAQUEUR, 2001).

Em parte, a primeira pergunta colocada já está respondida. Todavia, considerando as reflexões acima de que há um processo histórico de definição e oposição entre feminino e masculino, cabe reiterar de forma mais explícita que, assim como o gênero, o sexo é situacional e pode ser somente explicado dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (LAQUEUR, 2001). Desta forma, antes de seguir para a apresentação dos modelos femininos medievais será preciso esclarecer o que era considerado feminino e masculino por esta sociedade. E já é possível adiantar que, se por um lado as ideias pouco “inovadoras” são

produzidas por um grupo restrito, a interação entre o social e o institucional é um ponto interessante a se considerar a respeito dos registros feitos sobre as mulheres medievais.

Como já mencionado, o historiador Claude Thomasset aponta que a base de compreensão e representação do corpo feminino no período medieval se dá na ciência antiga, podendo citar Aristóteles e Galeno como exemplos da teoria do “corpo único” (THOMASSET, 1991). No entanto, Thomasset também traz uma contribuição acerca da descrição da figura femininas em documentos do período que fogem ao corporal: as palavras que descreviam as mulheres também tinham como objetivo evocar a sua principal função, conceber. Tal função traz uma dualidade na percepção desta figura: se, por um lado, é considerada um ser natural e com força ativa que mantém a ordem do universo; por outro, a sua suposta fraqueza física e submissão ao homem sejam pré-requisitos favoráveis à procriação.

Na Idade Média, além das muitas suposições, estudos – principalmente partindo de literaturas árabe e grega – foram mobilizados para melhor compreender “este corpo estranho”⁴. Tal comprometimento científico, no entanto, ia de encontro à regulamentação de regras referentes à sexualidade colocadas pela Igreja, em especial a partir institucionalização do casamento com a Reforma Gregoriana do século X. Ademais, apesar de significativos, estes estudos acabam sendo um movimento pequeno perto da produção historiográfica medieval, que tem por base referenciais femininos tradicionais. Ou seja, tanto a representação feminina e, por conseguinte, a criação dos modelos normativos femininos medievais serão inspiradas nas Escrituras (THOMASSET, 1991; DALARUN, 1991).

Pensar na mulher medieval também é também pensar na representação desta mulher, pois os responsáveis por fazer os registros escritos produzidos a seu respeito eram homens religiosos. O domínio do ofício da escrita na Idade Média permaneceu restrito a um pequeno grupo ao longo de todo o período, o que permite qualificar as fontes medievais, majoritariamente, como provenientes do saber e da escrita eclesiástica. Portanto, quem compunha tais documentos – monges, em sua maioria – passara sua vida sem qualquer contato com mulheres, recorrendo a uma representação feminina à distância e a partir da documentação que tinham ao seu dispor. Para além da falta de recursos escritos e do contato, essa caracterização da mulher possui também um valor moral: segundo Jacques Dalarun, os traços femininos pejorativos serviam para incentivar os próprios membros eclesiásticos a seguirem a fé (DALARUN, 1991).

⁴ Termo utilizado pelo historiador Claude Thomasset que faz referência a falta de maiores esclarecimentos a respeito do corpo feminino. Cf. THOMASSET, 1991, p.66.

O modelo feminino retratado nas Escrituras parte da Criação e da Queda no Gênesis, segundo Christiane Klapisch-Zuber e Jacques Dalarun. No momento da Criação, é narrado Deus decidindo fazer “o homem à nossa imagem e semelhança e criando o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher” (KLAPISCH-ZUBER, 2002). Entretanto, a historiadora aponta que este relato é considerado apenas pela tradição judia, tendo a Igreja feito a opção de se ater a segunda versão em que é narrada a criação da mulher a partir da costela que Deus tirou de Adão adormecido para lhe dar “uma auxiliar que lhe fosse semelhante”. A ideia de considerar apenas a versão em que a mulher seja um subproduto do homem juntamente à punição da mulher na Queda⁵ (por ceder a sedução da serpente), se tornam os argumentos primordiais na elaboração da teoria de uma subordinação natural da mulher (DALARUN, 1991).

Para além de libertar a Igreja Católica da interferência laica que havia sofrendo, Reforma Gregoriana ocorrida no século XI pretendia também modular a vida de clérigos e leigos – este último grupo principalmente através do casamento. Esse desejo de regular e normatizar a vida cotidiana tem consequências diretas nos modelos femininos produzidos e promovidos neste período, como já destacado. Esclarecendo que não é o objetivo deste trabalho aprofundar discussões a respeito da criação desses modelos – e sim suas aplicabilidades –, uma breve exposição será feita a respeito de cada um antes de prosseguir para a discussão acerca das normativas sociais apresentadas em algumas discussões referentes às personagens de Beowulf. Assim, em linhas gerais, pode-se dizer que três modelos femininos predominaram entre os séculos XI e XV nos registros documentais: Eva, Maria e Madalena.

Jacques Dalarun afirma que a repercussão e recepção destes três modelos causa uma reformulação em suas representações ao longo desses quatro séculos, mas é possível fazer algumas breves considerações a respeito de cada um deles. Começando por Eva, este é o nome atribuído à “mãe de todos os vivos” (DALARUN, 1991) após a mesma ser banida do Éden. Eva carrega todo o estigma negativa que a figura feminina: a inimiga, a odiada, a frágil, a origem de todo o pecado e de todo o mal pelo seu papel desempenhado na Queda. Nos séculos XI-XII, se torna a inominável, mas partir do século XII seu nome já circula, pois a representação de sua figura se torna menos nociva: as características femininas indesejadas concentradas em Eva passam a ser mais brandas – como a tagarelice, por exemplo – e as

⁵ A transição do trecho ao qual a Jacques Dalarun faz referência: “o teu desejo impelir-te-á para o teu marido e ele dominará sobre ti” (Dalarun, 1991, p.35).

cauteladas para a tentação da carne passam a ter um público alvo mais amplo, saindo de sua concentração no ambiente clerical.

O segundo modelo feminino Maria. Esta é, dentre as mulheres, a única pois é a Virgem. O século XII é fortemente marcado pelo culto mariano, sendo a virgem a quem os pecadores recorrem, onde os homens encontram sua esperança. Todavia, dentre os registros medievais, não se encontra apelos de mulheres pedindo interseção de Maria em benefício de suas semelhantes (DALARUN, 1991). A Virgem Maria, portanto, era projetada como um modelo inacessível pelas mulheres mundanas e comuns. Anterior ao século XIII, a virgindade era a maior virtude de Maria e foi neste fator que se apegaram os escritores para justificar tamanha santidade. Nesta nova fase posterior ao século mencionado, Maria triunfa enquanto Mãe e se destaca por sua piedade filial. Por conseguinte, esta nova figura se aproxima mais com o terreno e se torna mais acessível.

O último modelo mencionado é o de Madalena⁶ e a sua figura surge neste período como a arrependida de seus pecados que conseguiu ser perdoada, trazendo um modelo de que desperte maior interesse por parte das mulheres. O culto de Madalena iniciado no século XI nos mostra a conexão estabelecida entre a santa e seus fiéis, principalmente em relação à salvação. Ela é a figura que demonstra que o arrependimento e a confissão levam podem levar à salvação. Ou seja, diferentemente de Maria, a Virgem, Maria Madalena era o modelo acessível às mulheres comuns, promovendo o perdão através da redenção e penitência e, no século XIII, passa a ser acolhida no coro Celeste das Virgens. Ora, a lição que este novo modelo traz aos indivíduos, mulheres e homens, se trata, portanto, em demonstrar que a onipotência divina devolveu à pecadora a virgindade que havia perdido em troca de seu arrependimento (DALARUN, 1991).

A normatividade feminina repensada em *Beowulf*

Apresentados os principais modelos femininos medievais e a mentalidade condutora da sua construção, se torna possível iniciar a discussão a respeito da sua aplicabilidade nas análises de estudos que consideram as mulheres medievais como objetivo de investigação. Como já brevemente colocado, este trabalho se propõe a questionar algumas reflexões baseadas nos modelos tradicionais medievais aplicados em análises referentes às personagens femininas do épico *Beowulf* e, por conseguinte, promover uma reinterpretação a seu respeito.

⁶ Neste caso, como o Jacques Dalarun destaca, a figura de Maria Madalena é fruto da união feita por Gregório de Magno no Ocidente de três personagens femininas dos Evangelhos: Maria de Magdala, Maria de Betânia e uma pecadora anônima (DALARUN, 1991, p.47).

No entanto, antes prosseguir com tal discussão, se faz necessário uma rápida contextualização acerca da narrativa e algumas considerações sobre esta produção literária.

O poema *Beowulf* é uma narrativa épica muito utilizada dentre os pesquisadores que almejam trabalhar com a literatura produzida no período anglo-saxão da região da atual Inglaterra.⁷ Em linhas gerais, o épico consiste na história do herói homônimo que viaja à corte do rei Hrothgar dos daneses para livrá-lo da terrível predação de Grendel, um grande monstro que aterroriza a região. Beowulf vence e fere mortalmente o monstro, mas acaba por provocar a mãe de Grendel, que decide vingar a morte do filho com novos ataques ao vilarejo de Hrothgar. Após enfrentar e tirar a vida da mãe do monstro, o herói retorna às suas terras e conta ao (seu) rei Hygelac os seus feitos em terras dos daneses. Com um hiato temporal de 50 anos, Beowulf, já idoso e rei, volta à ação ao tentar livrar o seu reino da fúria de um dragão recém-despertado. O herói gauta monta uma emboscada para o monstro e, ao matá-lo, acaba perdendo sua própria vida.

À primeira vista, o poema segue à risca o estilo da literatura heroica promovida pelo período anglo-saxão, cujo principal objetivo era celebrar e perpetuar a conduta exemplar desempenhada por heróis (ALEXANDER, 1983). Assim, muitos dos estudos iniciais sobre a obra acabavam por partir do pressuposto de que os homens concentravam o poder no contexto da narrativa pelo fato da responsabilidade de funções públicas, como reinar e guerrear, pertencerem majoritariamente a figuras masculinas. Enquanto às mulheres caberiam funções mais domésticas e passivas, como anfitriãs e tecedoras de paz, e, portanto, marginalizadas pelo poeta diante desta tendência a valorizar o heroísmo da figura masculina (OLSEN, 1997). Desconstruir a visão tradicional destes papéis atribuídos às mulheres da narrativa se faz necessário ao revisitar tais experiências na narrativa e será um dos objetivos deste trabalho.

Dentre os estudos mobilizados a partir do poema, são poucos e recentes os que levam em consideração as personagens femininas nas suas análises. E, considerando estas produções, é possível observar como certas considerações são feitas de forma precipitadas, em especial quando se busca aplicar os modelos medievais e suas respectivas normativas sociais às personagens de Beowulf. Tendo como referência as três principais personagens da obra – Wealhtheow, Hildeburh e Mãe de Grendel –, a seguir serão apresentadas algumas reflexões e interpretações provenientes de estudos que partiram destas perspectivas dos

⁷ A versão final em que se encontra a obra, também conhecida como *Manuscrito de Beowulf*, hoje está localizada no *Cotton MS Vitellius A. XV* da Biblioteca Britânica e sua versão digitalizada está disponível no seguinte endereço: http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=cotton_ms_vitellius_a_xv_f132r

modelos tradicionais para depois ser feita a reinterpretação dos papéis desempenhado por elas na narrativa anglo-saxã em questão.

As personagens mencionadas foram comumente referidas como passivas e sofredoras a partir de seus papéis como anfitriãs e tecedoras de paz; e figuras enlutadas em rituais fúnebres (OLSEN, 1997). Desta forma, não é de completa surpresa se deparar com afirmações que ressaltem que “não há lugar para as mulheres na economia masculina⁸ de Beowulf, [pois] elas não têm espaço para ocupar, para reivindicar e para falar por [elas]” (OVERING, 1995, p.222). Mas, ora, o quanto olhar essas personagens a partir de uma perspectiva de modelo feminino medieval não reitera a passividade destes perfis? É possível enxergar estas personagens de uma outra perspectiva ou seguirão sendo constantemente fadadas à submissão ao universo masculino da narrativa?

A personagem de Wealhtheow apresenta uma atuação significativa na obra. Ela é a rainha de Hrothgar (BEOWULF, v.500, p.47) e senhora dos Scylding (BEOWULF, v.971, p.79) e é descrita pelo poeta como uma “rainha cheia de anéis e de coração cortês” (BEOWULF, v. 509, p.47). Estes são atributos são condizentes tanto com a posição social da personagem como com o papel desempenhado por ela na narrativa, pois reforçam seu caráter nobre e seu comportamento pacífico e mediador. Wealhtheow seria o exemplo de uma boa rainha, a anfitriã que serve seus convidados (BEOWULF, v. 501-510, p.47), aconselha seu rei e sua comunidade com palavras de sabedoria (BEOWULF, v.511, p.47) e recompensa quem atende aos seus pedidos (BEOWULF, v. 1010-1025, p.83).

Estas referências se assemelham ao modelo descrito por Joyce Hill a atribuído à “boa rainha”. Hill que alega a existência de um modelo de rainha no período alto-medieval – e, mais especificamente, no contexto de uma sociedade baseada em valores militares e heroicos –, que consistia no exercício de um poder, de certa forma, limitado contribuindo para a estabilidade da dinastia, oferecendo conselhos e reafirmando a dignidade e o status do rei por meio de sua participação em práticas políticas e sociais importantes, como a cerimônia de doação de presentes (HILL, 1990). Ou seja, tanto as funções exercidas por Wealhtheow como o comportamento apresentado por esta personagem contribuem para o seu enquadramento no modelo de rainha a ser seguido.

⁸ O termo “economia masculina” aqui utilizado fora traduzido livremente de “*masculine economy*”, em que a autora enxerga economia como um termo abrangente para o complexo dos sistemas culturais de mudança e troca em que o poder é procurado, reivindicado e distribuído. Portanto, “economia masculina” denota as condições sociais e materiais do patriarcado, nas quais as mulheres podem ser interpretadas como bens no sistema de troca de relações de poder entre os homens. (OVERING, 1995 p. 254, nota 4).

Assim, como Wealhthow, a personagem de Hildeburh tem o seu caráter nobre destacado pelo poeta quando designada como “senhora” e, mais especificamente, “senhora real” (BEOWULF, v. 958, p.79) ao longo do conto, também conhecido como *Fragmento de Finnsburh*, entoado no salão de Hrothgar. Neste conto em paralelo, Hildeburh desempenha o papel conhecido como tecedora de paz, visto que a nobre princesa danesa foi oferecida em casamento a Finn, rei dos frísios e líder do povo que se encontrava em recorrentes conflitos com o seu reino. O intuito desta união seria promover a paz entre esses dois grupos para que uma relação amistosa e de reciprocidade pudesse dali surgir. No entanto, esta aliança fracassa e Hildeburh tem seu irmão e seu filho assassinados em uma emboscada feita pelos frísios e, posteriormente, seu marido é morto em uma vingança planejada pelos daneses.

Apesar de um aparente fracasso em sua missão – e este será um aspecto abordado mais a frente –, a personagem não se recusa a exercê-lo e concretiza tal união gerando um herdeiro, podendo assim se juntar a Wealhtheow como exemplo do modelo boa rainha. Tal percepção, no entanto, conduz um pensamento errôneo de contrapor a atuação de tais personagens com comportamento pouco disciplinado da Mãe de Grendel. Nas palavras de Jane Chance, a personagem da Mãe de Grendel seria “uma inversão do ideal da mulher anglo-saxã” (CHANCE, 1986, p.95) e desempenha um papel na narrativa oposto ao de tecer a paz como as demais personagens. Esta mesma autora se propõe a analisar a mãe do monstro como um antítipo da figura de Maria, a Virgem e de sua representação como modelo feminino ideal (CHANCE, 1986).

Ora, de forma quase que automática surge a possibilidade de corresponder a personagem Mãe de Grendel ao modelo de Eva. Afinal, se esta é vista como a origem de todo mal e pecado e como a inimiga e a odiada, a atuação de vingança da mãe de Grendel faz com que o seu comportamento agressivo e o seu caráter monstruoso sejam reforçados e, portanto, associados ao modelo contraposto à Virgem. Ou seja, assim como Eva, a Mãe de Grendel remete a uma postura e, conseqüentemente, a um modelo a ser evitado pelas mulheres. Entretanto, cabe ressaltar aqui que dentre as personagens de *Beowulf*, estas três já mencionadas desempenham papéis fundamentais para a compreensão do sistema político e social vigente no universo literário do poema e que extrapolam os modelos e as normativas sociais referentes às figuras femininas medievais.

Para além de uma anfitriã de caráter mediador e passivo (ENRIGHT, 1996) e de nobre fiel e casta (CHANCE, 1986), Wealhtheow atua no ritual de distribuição do hidromel de forma a reforçar a hierarquia presente na articulação político vigente naquela comunidade,

servindo primeiro ao seu rei e, em seguida, aos demais guerreiros até chegar nos convidados recém-chegados ao reino dos daneses (BEOWULF, v. 502-510, p.47). Ademais, é através do seu discurso e da sua distribuição de presentes a Beowulf que o rei e os demais guerreiros são lembrados dos compromissos e dos laços de lealdade e reciprocidade firmados no sistema do *comitatus* (BEOWULF, v. 970-976, p. 79).⁹ Portanto, passividade está longe de uma das atribuições do seu papel como anfitriã e, da mesma forma, o fato de ser considerada uma boa rainha não deve estar atrelado ao seu comportamento casto, mas à sua atuação como doadora de presentes aos guerreiros que corresponderam a sua lealdade (BEOWULF, v. 1011-1025, p.83).

Da mesma forma, Hildeburh carrega um perfil submisso por ser frequentemente referenciada como passiva e sofredora, mas isso se deve ao suposto fracasso em seu papel de tecer a paz entre dois reinos que, ao fim, guerreiam e provocam a morte de parentes das duas partes envolvidas. Todavia, a própria proposta de paz a ser alcançada já está fadada ao fracasso. Como o poeta de *Beowulf* destaca, não importa o quão bonita seja a noiva, pois a guerra é uma condição inerente a esta sociedade e o casamento não conseguirá ser bem-sucedido em alcançar este objetivo conjunto da paz (BEOWULF, v.1711-1720, p.131). Mas, se o sucesso desta união já é considerado incerto, por que o fardo do fracasso recai somente sobre a figura feminina? E por que a sua condição como lamentadora estaria vinculada a ele?

Ora, a personagem de Hildeburh desempenha seu papel político e diplomático de unir dois grupos rivais através de seu casamento com o líder da outra parte e é bem sucedida em estabelecer as relações de parentesco em seus dois níveis: social e sanguíneo.¹⁰ Pois se o vínculo começa a ser estabelecido através de seu casamento com o rei dos frísios, ele se concretiza quando nasce o fruto desta união. De forma pragmática, a personagem cumpre

⁹ De uma perspectiva geral, Win Blockmans, aponta que o *comitatus* se define pela “formação de elites locais, nesse caso, de aristocracias guerreiras, que usavam a força para defender sua posição de poder” (BLOCKMANS, 2012, p.46) Além disso, destaca que, para conseguirem se preservar como entidade política e social, era necessário estarem sempre militarmente fortalecidos, ou seja, ter à disposição partidários armados e aliados, cuja lealdade era garantida por favores materiais. De forma complementar, reflexões sobre a formação e atuação do sistema do *comitatus* podem ser conferidas nas seguintes obras: HILL, John M. **The Cultural World in ‘Beowulf’**. Toronto: University of Toronto Press, 1995; YORKE, Barbara. **Kings and Kingdoms of early Anglo-Saxon England**. Londres e Nova York: Routledge, 2ª ed., 2003; WHITELOCK, Dorothy. **The beginnings of English Society**. Penguin Books, Vol. 1, 1954.

¹⁰ Esta dualidade apresentada nas relações de parentesco promove, de certa forma, a fluidez das relações estabelecidas com base nele. Se, por um lado, este se manifesta através de laços sanguíneos, por outro, se faz também presente por meio da manifestação em crenças e interesses políticos em comum. Para melhor compreender tal relação, conferir as seguintes obras: WHITELOCK, Dorothy. **The beginnings of English Society**. Penguin Books, Vol. 1, 1954; MURRAY, Alexander C. **Germanic Kinship Structure: studies in Law and Society in Antiquity and the Early Middle Ages**. Pontifical Institute of Medieval Studies, 1983; HILL, John M. **The Cultural World in ‘Beowulf’**. Toronto: University of Toronto Press, 1995; FRAZER, William O. & TYRRELL, Andrew (Ed.). **Social Identity in Early Medieval Britain**. Londres e NY: Leicester University Press, 2000; BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. 2ª ed., Lisboa: Edições 70, 2001.

todas as etapas requeridas para que tal relação fosse bem-sucedida e seu momento de lamentação se dá com a perda de seus entes queridos em meio ao conflito causado pelos dois grupos que intermediava. Assim, novamente, o estereótipo da submissão feminina no período medieval não deve fazer com que tais personagens se tornem invisíveis dentro das temáticas abordadas e manifestadas na obra.

Das últimas personagens aqui mencionadas, a Mãe de Grendel é apresentada pelos estudos a seu respeito como uma figura distorcida aos modelos de bom comportamento executados por Hildeburh e Wealhtheow. E, se estas são colocadas como figuras passivas, a Mãe de Grendel seria o exemplo de figura que não deveria ter suas ações reproduzidas, devido à sua opção de não aceitar sua condição de submissão ao universo masculino e participar de forma atuante neste. A postura desta personagem junto à descrição da sua vingança pelo poeta (BEOWULF, v.1072-1077, p.87) fez com que alguns estudiosos optassem por análises que a remetessem à comparação entre os modelos femininos medievais ou a sua associação à figura masculina justamente por desempenhar um papel esperado por um homens.

Há, todavia, de se contestar a associação de seu caráter monstruoso com o seu papel dito masculino desempenhado. O ato de vingança era de responsabilidade do(s) parente(s) do sujeito assassinado se o seu correspondente em termos materiais não fosse pago pelo responsável de ter posto fim à sua vida (MURRAY, 1983; WHITELOCK, 1954). Assim, sendo parente direta de Grendel, a sua mãe teria o direito de se vingar pela sua morte e o faz tirando a vida de um dos guerreiros e conselheiro de Hrothgar. Ou seja, a personagem age dentro do seu direito de parente de vingar a morte de seu ente querido. A Mãe de Grendel, portanto, não deveria ser vista como um modelo a não ser seguido, mas como um exemplo de lealdade entre parentes.

Conclusão

A repercussão da nova produção historiográfica referente ao surgimento da Nova História e os campos do conhecimento provenientes dessa corrente refletiu também nos estudos que tinham seus recortes espaço-temporais remetidos à Idade Média. E, assim como referente ao campo de História das Mulheres, produções anteriores a década de 1970 mobilizaram hipóteses de trabalhos que envolviam as mulheres do período medieval.¹¹ Mas

¹¹ Para maiores referências sobre produções do campo de História das Mulheres no período medieval e, mais especificamente, no período anglo-saxão, consultar o item 1.2.1 da referência a seguir: GRANGEIRO, Hayanne

cabe ressaltar que o movimento historiográfico promovido pela História das Mulheres e pelos Estudos de Gênero permitiu ampliar e diversificar as abordagens das pesquisas do período em questão, visto que, conforme desenvolvido ao longo deste trabalho, os registros documentais medievais são resultado de trabalhos articulados e produzidos majoritariamente por homens.

Ter conhecimento a respeito desta relação na produção documental entre o responsável por fazê-lo e as figuras ali representadas é fundamental para melhor compreender a construção da concepção do que se constitui como feminino e o que é ser mulher durante a Idade Média e as variações do que são conhecidos como os modelos femininos medievais. Reiterando que estes são baseados nos documentos religiosos que os monges – os responsáveis em grande parte pelo ofício da escrita medieval – têm à disposição para consultar referências a respeito das figuras femininas, dado que a escolha por uma vida religiosa fez com que estes homens seguissem sem contato com o sexo oposto. Por isso, novamente, fala-se em representação da figura feminina no período medieval, pois trata-se de uma apresentação referente a mulheres que são imaginadas e até mesmo idealizadas (FORTES, 2006) por quem foi encarregado de registrar suas histórias.

As principais referências bíblicas sobre as mulheres se orientam pelas figuras pecadoras de Eva e Madalena em oposição a pureza e bondade de Maria, a Virgem (DALARUN, 1991). Sendo o modelo proferido por esta inacessível, restavam às mulheres mundanas as associações nem um pouco positivas. Se, de forma inicial, os clérigos representavam e descreviam a forma como enxergavam as mulheres a partir de concepções que não foram construídas pelos próprios, posteriormente passaram a se dedicar a traçar modelos femininos e comportamentais que buscam regulamentar normas e padrões sociais a serem seguidos. O próprio caráter desconhecido, estranho e temido formulado a respeito da figura feminina reforça a ideia de uma necessidade em estabelecer regras de controle comportamental que, de preferência, seguissem os preceitos cristãos.

Logo, assim como as demais fontes do período medieval que fizessem referência às mulheres, *Beowulf* apresenta suas personagens e os papéis desenvolvidos por elas a partir de uma ótica masculina do poeta da obra. E, a partir desta percepção relacional entre quem compõe e/ou registra a obra e as personagens representadas, que alguns estudiosos se propuseram a analisar os papéis desempenhados pelas personagens do épico.¹² No entanto,

P. As mulheres em *Beowulf*: a representação feminina na sociedade anglo-saxã dos séculos VII e VIII. Niterói, 2020. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

¹² Para citar alguns dos trabalhos mobilizados a partir desta ótica ou que considera tal questão em seus estudos: CHANCE, Jane. The Structural Unity of *Beowulf*: The Problem of Grendel's Mother. In: DAMICO, Helen & OLSEN, Alexandra Hennessey (Ed.). *New readings on Women in Old English Literature*. Bloomington,

identificar tão relação não pode ser sinônimo de submeter tais personagens ao contexto masculino daquela sociedade e limitar suas articulações apresentadas ao longo da narrativa. Apesar de tal questão ter sido esclarecida e debatida na seção anterior deste trabalho, é pertinente reiterar que muito se perde ao forçar que uma análise referente a uma figura feminina se encaixe nos modelos medievais com precisão.

A exemplo disso há três personagens em *Beowulf* que foram, por anos, consideradas pelos estudos acadêmicos como figuras passivas, caladas e sofredoras enquanto que, retirando o “véu da submissão”, Wealhtheow, Hildeburh e Mãe de Grendel desempenham papéis chave para compreender a organização política e social da comunidade descrita na obra. A menção do véu faz referência a essa perspectiva de análise que se pauta na submissão – ou na ausência dela – para compreender estas personagens dentro do sistema político e masculino descrito, o que acaba por não permitir enxergá-las como parte ativa deste. Este é um dos motivos que exemplifica a necessidade eventual de revisitar estes documentos e colocá-los sob novas inquietações que foram mobilizadas por novas perspectivas teórico-metodológicas.

A fim de concluir este trabalho e as reflexões aqui mobilizadas, cabe fazer mais uma consideração a respeito do “filtro masculino”¹³ das fontes e das normativas sociais direcionadas às mulheres nos documentos medievais. Referente a este último, sabe-se que esta é uma prática recorrente dos séculos XII ao XV, mas não exclusivas deles. Desta forma, é possível considerar que há normativas sociais em *Beowulf*, obra de composição estimada entre os séculos VI e XI, direcionadas às mulheres anglo-saxãs, contudo este não deve ser um fator limitador da análise das personagens da obra e sim impulsionador. Pois, se tratando de uma obra literária, o poeta faz uma apresentação de uma realidade que representa valores e concepções coletivas pertencentes a determinados grupos sociais deste meio (FACINA, 2004), que, neste caso, corresponde a aristocracia anglo-saxã.

Assim, o principal objetivo do poeta não consistia em exaltar as mulheres da narrativa, mas isso não significou colocá-las em um plano inferior do enredo épico. A ele coube representar os papéis desempenhados pelas mulheres anglo-saxãs. E, quando se permitir a

Indiana: Indiana University Press, 1990, pp. 249-261; HARUTA, Setsuko. The Women in *Beowulf*. **Poetica** (Tokyo) 23, pp.1-15; HILL, Joyce. A Female Stereotype Examined In: DAMICO, Helen & OLSEN, Alexandra, H. **New Readings on Women in Old English Literature**. Bloomington: Indiana University Press, 1990; OVERING, Gillian R. BENNETT, Helen. “Anglo Saxon Studies: Gender and Power: Feminism in Old English Studies.” **Medieval Feminist Forum**. Vol. 10 No. 1. Society for Medieval Feminist Scholarship, 1990. Disponível em: <https://ir.uiowa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1563&context=mff>

¹³ Este filtro masculino faz referência ao filtro descrito por Christine Klapisch-Zuber como “pesado” por ser proveniente de uma escrita masculina que visava transmitir às mulheres modelos ideais e regras comportamentais que deveriam ser seguidas perante à sociedade e que não estariam em condições de serem contestadas por elas (KLAPISCH-ZUBER, 1991, p.16).

enxergar a atuação das personagens da obra nas práticas políticas e sociais exercidas na sociedade de *Beowulf*, passividade, submissão e lamentação são atribuições que deveriam passar longe da descrição destas figuras. Afinal, se mesmo com o filtro masculino proveniente da escrita masculina e religiosa estas mulheres de *Beowulf* tiveram sua participação política registrada na obra, cabe considerar que dada a circulação tanto oral como escrita do poema tais práticas eram socialmente aceitas e reconhecidas, pois do contrário seriam condenadas. Portanto, que os modelos não sejam referências completas e limitadoras, e sim a serem extrapoladas e extravasadas.

Referências

Fonte primária

BEOWULF In: TOLKIEN, J.J.R. **Beowulf: uma tradução comentada**. Tradução: Ronald Eduard Kyrmse. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2015.

Artigos, papers, capítulos de livro e obras

ALEXANDER, Michael. **Old English Literature**. London: The Macmillan Press LTD, 1983.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. 2a ed., Lisboa: Edições 70, 2001.

BLOCKMANS, Win. Introdução à Europa Medieval, 300-1550. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CHANCE, Jane. **Woman as Hero in Old English Literature**. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1986.

_____. CHANCE, Jane. The Structural Unity of Beowulf: The Problem of Grendel's Mother. In: DAMICO, Helen & OLSEN, Alexandra Hennessey (Ed.). **New readings on Women in Old English Literature**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1990, pp. 249-261.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). Escrever a história das mulheres. In: **História das mulheres no Ocidente, vol 2: A Idade Média**. Lisboa: Afrontamento, 199, pp. 7-8.

DALARUN, Jaques. Olhares de Clérigos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente, vol 2: A Idade Média**. Lisboa: Afrontamento, 1991, pp. 29-63.

ENRIGHT, Michael J. **Lady with a Mead Cup: Ritual, Phrophecy and Lordship in the European Warband from La Têne to the Vikings Age**. Dublin: Four Courts Press, 1996.

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, Coleção Passo-a-Passo, n. 48, 2004.

FORTES, Carolina C. É possível uma história medieval de gênero? Considerações a respeito da aplicação do conceito gênero em história medieval. In: **Anais do Seminário Internacional fazendo Gênero 7**. Florianópolis, 2006. Disponível em: http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/C/Carolina_Coelho_Fortes_50.pdf (Acessado em: 09/09/2020)

GONÇALVES, Andrea L. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HARUTA, Setsuko. The Women in *Beowulf*. **Poetica** (Tokyo) 23, pp.1-15.

HILL, John M. **The Cultural World in 'Beowulf'**. Toronto: University of Toronto Press, 1995.

- HILL, Joyce. A Female Stereotype Examined. In: DAMICO, Helen & OLSEN, Alexandra, H. **New Readings on Women in Old English Literature**. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- KLAPISCH-ZUBER, Christine. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das Mulheres no Ocidente, vol 2: A Idade Média**. Lisboa: Afrontamento, 1991, pp. 9-23.
- _____. Masculino/feminino. Trad.: Eliana Magnani. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, Vol. 2, pp. 137-149.
- LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução: Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Darumá, 2001.
- MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru: EDUSC, 2000.
- MURRAY, Alexander C. **Germanic Kinship Structure: Studies in Law and Society in Antiquity and The Early Middle Ages**. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1983.
- OLSEN, Alexandra Hennessey. Gender Roles. In: BJORK, Robert E.; NILES, John D. (Ed.) **A Beowulf Handbook**. Exter: The University of Nebraska Press, 1997, pp. 311-324.
- OVERING, Gillian R. The Women in Beowulf: a Context for Interpretation. In: BAKER, Peter S. (Org.). **Beowulf: Basic Readings**, New York: Garland Publishing, 1995, pp. 219-260.
- _____; BENNETT, Helen. "Anglo Saxon Studies: Gender and Power: Feminism in Old English Studies." **Medieval Feminist Forum**. Vol. 10 No. 1. Society for Medieval Feminist Scholarship, 1990. Disponível em: <https://ir.uiowa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1563&context=mff> (Acessado em: 30/05/2020)
- POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si e escrita da História**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 3ª Reimpressão, 2011, pp. 63-95.
- SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 3ª Reimpressão, 2011, pp. 39-62.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. & VAINFAS, R. **Domínios da História: Ensaios de Metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- THOMASSET, Claude. Da natureza feminina. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente, vol 2: A Idade Média**. Lisboa: Afrontamento, 1991, pp. 65-97.
- THOMPSON, E.P. A Economia moral revisitada. In: _____. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- YORKE, Barbara. **Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England**. Londres e Nova York: Routledge, 2ª ed., 2003.
- WHITELOCK, Dorothy. **The beginnings of English Society**. Penguin Books, Vol. 1, 1954.

Recebido em: 20 de outubro de 2020.

Aprovado em: 05 de janeiro de 2021.